

O fenômeno do empreendedorismo no Serviço Social brasileiro: notas exploratórias

The phenomenon of entrepreneurship in brazilian social service:
exploratory notes

Carina de Santana Alves*
Vinicius Pinheiro de Magalhães**

Resumo: O objeto do presente ensaio teórico são os fundamentos da assimilação do empreendedorismo por assistentes sociais brasileiros. Trata-se de tendência que se manifesta como ideologia que fetichiza as reais possibilidades de sustentabilidade, autonomia e liberdade sem a proteção social dos direitos trabalhistas. O ensaio busca discutir os fundamentos da incorporação do empreendedorismo por parte da categoria profissional no Brasil. Para tanto, foram analisadas amostras aleatórias de 10 perfis profissionais em mídias sociais com conteúdo empreendedor-coach e significativa expressividade em termos de engajamento e quantitativo de seguidores. Compreendemos que esse fenômeno é expressão do neoconservadorismo no Serviço Social, além de subproduto da fragilização e precarização do processo de formação profissional, e do amoldamento da subjetividade da classe trabalhadora, decorrente das transformações do mundo do trabalho, em especial o desemprego estrutural.

Palavras-chaves: Serviço Social; Trabalho profissional; Empreendedorismo; Neoconservadorismo.

Abstract: The object of this theoretical essay is the foundations of the assimilation of entrepreneurship by Brazilian social workers. This trend manifests itself as an ideology that fetishizes the real possibilities of sustainability, autonomy, and freedom without the social protection of labor rights. The essay seeks to discuss the foundations of the addition of entrepreneurship by the professional category in Brazil. To this end, random samples of 10 professional profiles on social media with entrepreneur-coach content and significant expressiveness in engagement and number of followers were analyzed. We understand that this phenomenon is an expression of neoconservatism in Social Service, as well as a by-product of the weakening and precariousness of the professional training process and the shaping of the subjectivity of the working class, resulting from transformations in the world of work, especially structural unemployment.

Keywords: Social Work. Professional work. Entrepreneurship; Neoconservatism.

* Assistente Social. Professora substituta no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo no Programa (PPGNEIM/UFBA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8219-5758>

** Assistente Social no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2909-3517>

Introdução

O objeto do presente ensaio teórico são os fundamentos da assimilação do empreendedorismo por assistentes sociais brasileiros. O fenômeno empreendedor desponta na atual conjuntura como uma das expressões e facetas do neoliberalismo no quadro da reestruturação produtiva, supervalorização do capital financeiro e desemprego estrutural. Trata-se de ideologia, em seu sentido de falsa consciência do real, que *fetichiza* as reais possibilidades de sustentabilidade, autonomia e liberdade sem a proteção social dos direitos trabalhistas.

Não bastasse tal cooptação ideológica da classe trabalhadora a fim de legitimar o atual estado de coisas e a precarização do trabalho, essa tendência conformadora de subjetividades tem se tornado, ela própria, uma mercadoria. Aflora na contemporaneidade uma série de cursos, seminários e encontros cuja finalidade é a *mentoria* para o alcance do *sucesso*; um modo de expressão *coach*, voltado para autoajuda, desenvolvimento pessoal e da carreira.

Tem sido possível perceber as manifestações da ideologia empreendedora através de um *ethos coach* também nos arraiais do Serviço Social, profissão onde despontam propostas de minicursos na perspectiva da *mentoria* e orientação profissional com vistas à aceleração da carreira, ao alcance da expressividade profissional, além das promessas de facilitação e *descomplicação* da prática do assistente social.

Desse modo, consideramos relevante a compreensão sobre os fundamentos da incorporação do empreendedorismo por parte da categoria profissional no Brasil. Nessa direção, o presente ensaio teórico, de objetivo exploratório, ancora-se na análise de perfis públicos nas mídias sociais de assistentes sociais brasileiros. Foram analisadas amostras aleatórias de 10 perfis profissionais em mídias sociais com conteúdo empreendedor-coach e significativa expressividade em termos de engajamento e quantitativo de seguidores. Os dados foram analisados na perspectiva da análise de conteúdo por categorização temática.

O texto procura aproximar-se dos fundamentos do fenômeno do empreendedorismo e sua invasão no Serviço Social a partir da reflexão sobre o significado social da profissão e as recentes transformações na dinâmica da sociedade capitalista, notadamente no mundo do trabalho.

Serviço Social e seu significado sócio-histórico

Em Iamamoto e Carvalho (2011) tem-se inaugural apreensão e análise da constituição do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, desde uma perspectiva materialista histórico-dialética, na medida em que se compreende o significado social da profissão enquanto

especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho, donde o seu caráter contraditório.

Ao analisar as condições histórico-sociais para a emergência da profissão, Netto (2011, p. 74) argumenta que o Serviço Social, enquanto profissão, “[...] é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. O autor sustenta que as transformações pelas quais passa o capitalismo no final do século XIX, na passagem para a fase dos monopólios, ou fase madura, fornecem lastro para a emersão do Serviço Social enquanto profissão. Trata-se da maturidade histórica da sociedade burguesa, quando suas contradições são potencializadas, e sua contradição elementar – socialização da produção e apropriação privada – é conduzida ao ápice, através da multiplicação das atividades improdutivas (capital financeiro) e rearranjo da divisão internacional do trabalho no mercado capitalista mundial.

A tendência pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida conjurou uma necessidade cada vez mais fundamental, a do aumento da taxa de lucros pelo capital. Para tanto, tornou-se necessária a *refuncionalização* do Estado, que além de garantir as condições básicas para a produção capitalista, como infraestrutura, meios de trabalho e formação da força de trabalho, precisou garantir a legitimação sócio-política através da institucionalização de direitos sociais.

Importa destacar o caráter contraditório da institucionalização dos direitos sociais, posto que também decorrente do processo organizativo e reivindicatório da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho; no entanto “[...] as respostas positivas a demandas das classes trabalhadoras podem ser oferecidas na medida justa em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (Netto, 2011, p. 29).

É, portanto, sob essas condições histórico-sociais concretas que a *questão social*, isto é, a contradição fundamental entre capital e trabalho, expressa nas variadas manifestações da desigualdade e exclusão social, além do ingresso da classe trabalhadora na cena de reivindicação por melhores condições de vida (Iamamoto, 2001), pôde se tornar objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado.

Diante do amadurecimento político dos trabalhadores enquanto classe social e em face da necessidade de legitimação política do Estado e do capitalismo, não foi mais sustentável o tratamento das expressões da *questão social* pela única via da coerção, como *caso de polícia*. Despontou como imprescindível uma atuação contínua e sistemática sobre a *questão social*, mediada pelo manejo das políticas sociais legatárias do pacto fordista-keynesiano no mundo, o

que demandou uma especialização social e técnica do trabalho coletivo, donde a emergência do Serviço Social.

De acordo com Behring e Boschetti (2016), no Brasil o processo de intervenção do Estado nas expressões da *questão social* através das políticas sociais se desenvolveu com algumas particularidades no ritmo e na cobertura; ademais, teve início no contexto de influência das lutas dos trabalhadores, incentivados pelo contato e interlocução com trabalhadores imigrantes com experiência política; além do processo de urbanização; a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a inquietação em relação ao projeto de nação. Tais condições sócio-históricas colocaram a *questão social* na cena política, tornando-a, paulatinamente, objeto de intervenção do Estado, ainda que em associação com a sociedade civil e suas instituições filantrópicas.

As requisições profissionais para a atuação dos assistentes sociais decorreram desse panorama conjuntural. Inicialmente, a atuação profissional se deu na perspectiva de controle e ajustamento da classe trabalhadora, sob fundamentação do pensamento conservador e direção da Igreja Católica. No entanto, a fundação de novas escolas de Serviço Social e o ingresso de segmentos médios e populares na profissão, contribuiu para alteração do perfil e vínculo de classe da categoria (Behring; Boschetti, 2016).

A partir do final da década de 1960, o Serviço Social brasileiro passou por processo de renovação que se expressou, conforme análise de tendências empreendida por Netto (2011), em três direções: a *perspectiva modernizadora*, de referência estrutural funcionalista e preocupação direcionada à questão técnico-operativa; a *perspectiva da reatualização do conservadorismo*, de referência marcada pela incorporação da fenomenologia e preocupação com a elaboração teórica, notadamente aspectos da singularidade; e a *perspectiva da intenção de ruptura*, que teve origem no âmbito universitário, influenciada pela resistência à ditadura militar e pela teoria marxista.

A década de 1980 marca a compreensão do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, ou seja, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A categoria *trabalho* ganha centralidade no debate sobre a formação e atividade profissional a partir da perspectiva teórico-metodológica de Karl Marx (1818-1883). Dessa fundamentação deriva a apreensão da atividade profissional como trabalho, o que transcende a falsa tese de uma prática profissional automatizada, imediata, irrefletida; do contrário, o trabalho profissional pressupõe intervenção reflexiva, planejada, sobre determinado objeto, fundamentada em conhecimento rigoroso da realidade, ação que caminha na direção da defesa intransigente dos direitos sociais e humanos (Iamamoto, 2015; Brasil, 2012).

De acordo com Iamamoto (2008, p. 95), operar essa mudança na compreensão do Serviço Social implica entendê-lo como partícipe dos processos de trabalho “[...] que se organizam a partir de exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação”. O assistente social se constitui enquanto trabalhador assalariado na medida em que se insere no mercado de trabalho por meio da relação de compra e venda da sua força de trabalho (uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a uma necessidade social, e valor de troca expresso no salário).

A condição de assalariamento impõe uma série de limites ao exercício do trabalho profissional do assistente social. Apesar das possibilidades que advêm da capacidade do trabalhador de fazer escolhas entre alternativas concretas, seu trabalho se defronta, por um lado, com a requisição institucional, de onde a necessária estrutura objetiva e disposição dos meios para o desenvolvimento da atividade técnica, e, por outro, com a relação contratual demarcadora de sua condição de assalariamento. Tal contradição igualmente expressa o significado social da profissão, a saber, essa capacidade de o Serviço Social contribuir com a reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que contribui com relações sociais favoráveis à reprodução do modo de produção capitalista.

O que possibilita ao profissional imprimir direção social ao trabalho é o exercício de sua relativa autonomia, assegurada pela base legal da profissão (lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional, normativas, entre outros), que vai variar através da correlação de forças expressa de maneira particular em cada espaço sócio-ocupacional (Estado, empresas privadas, terceiro setor, etc.) (Iamamoto, 2012).

Sob tais fundamentos sócio-históricos da profissão assenta a compreensão atualizada acerca das atribuições privativas e competências técnicas dos assistentes sociais, atividades que superam a tese de nossa intervenção enquanto *execução terminal das políticas sociais*, abrangendo, ademais, competências de gestão e planejamento; formulação e avaliação de políticas sociais; pesquisa; além da assessoria e consultoria.

Entretanto, na atual conjuntura, tais atribuições têm assumido novas características face aos atravessamentos da dinâmica neoliberal. Um exemplo da tentativa de pregnância ideológica neoliberal em nossa ação profissional é a atual tendência à mercadorização das competências de assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social ou de Políticas Sociais, as quais vêm sendo desfiguradas pelo discurso empreendedor de um suposto Serviço Social autônomo, dadas as possibilidades do trabalho liberal, liberto da condição de assalariamento, prescindindo de inarredável mediação: o contrato de trabalho, isto é, a oferta de serviços para um cliente.

Defendemos a tese de que os assistentes sociais não superaram sua condição de assalariamento em razão de se inserirem no mercado de trabalho através da compra e venda de sua força de trabalho. Nesse sentido, o discurso de um Serviço Social supostamente autônomo parece emergir a reboque de uma das facetas ideológicas do neoliberalismo.

Empreendedorismo como faceta do neoliberalismo: fundamentos

A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista representou alterações significativas nas funções do Estado burguês, o qual passou a atuar, defronte as expressões da *questão social*, por meio das políticas sociais, abrindo caminho para os conhecidos *anos gloriosos*, ou *anos de ouro do capitalismo*. Essa tendência, também descrita como decorrência do pacto fordista-keynesiano, possibilitou, na conjuntura de parte dos Estados-Nação de capitalismo central, a melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, notadamente através da consolidação de direitos sociais.

Contudo, tratou-se de medida absolutamente pontual para a realização dos interesses do capital:

Aquele período caracterizado pela produção de massa, consumo de massa e crescimento do círculo de consumo (pacto fordista-keynesiano – Welfare State), levando contingentes da classe trabalhadora e da classe média a um patamar de consumo antes inexistente, como também tornando-os beneficiários de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas ampliados, segundo Mészáros (2002), não pôde ser mantido indefinidamente. Pois as medidas interventivas elaboradas para desobstruir os canais de acumulação e expansão do capital, dado o impedimento provocado pela contradição entre produção e realização, que tipifica a crise de superprodução de valores de troca do sistema, apenas protelaram os efeitos da contradição não enfrentada em sua base causal (Paniago, 2009, p. 3).

Como é próprio da dinâmica do capitalismo, a partir da década de 1970 esse padrão demonstrou seus sinais de esgotamento, que desembocou em uma nova crise com efeitos de maior gravidade, tendo o desemprego estrutural como uma de suas principais expressões. A reação burguesa à *nova* crise se configurou em três frentes enquanto “[...] processos imbricados e interdependentes no seio da totalidade concreta” (Behring, 2008, p. 34), a saber: reestruturação produtiva, mundialização financeira e o neoliberalismo.

Na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, tais processos ocorreram de forma singular, com marcadores significativos de diferenciação da experiência dos países de capitalismo central, especialmente daqueles que experimentaram um sistema de proteção social de alguma maneira consistente. Concordamos com Santos (2012) ao sustentar a hipótese de que, no caso brasileiro, a flexibilização e precarização do trabalho, próprias do processo de reestruturação produtiva como reação à crise do capital da década de 1970, são características

presentes na nossa realidade há mais tempo, herança de nossa relação de dependência e heteronomia face à conformação do capitalismo mundial (Fernandes, 2006):

Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade... Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos 1930 e, especialmente, no momento da ditadura militar (Santos, 2012, p. 434-435).

Nesse sentido, os impactos da flexibilização e precarização do trabalho no Brasil “[...] afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e *Welfare State*” (Santos, 2012, p. 434), elementos que caracterizam as particularidades da *questão social* no Brasil. Esse aspecto nos parece extremamente importante para a compreensão do processo de conformação da subjetividade da classe trabalhadora, seus processos de organização e mobilização políticas, constituição de entidades organizativas, assim como a assimilação da ideologia neoliberal expressa no discurso do empreendedorismo; subproduto de ideologia que testifica o fim da sociedade do trabalho.

A polêmica em torno do fim da sociedade do trabalho é expressão da ampliação do desemprego com a estrutural incapacidade do mercado de trabalho de absorver contingentes cada vez maiores de trabalhadores, além da crescente heterogeneidade da classe trabalhadora e domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo (Iamamoto, 2008).

Ao analisar o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, Behring (2008) afirma tratar-se de movimento de mudanças estruturais, que tem raízes na reação burguesa à crise de 1970, mas que precisa ser compreendido no quadro das particularidades da nossa formação sócio-histórica, conforme perspectivas de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior nas teses da *modernização conservadora e revolução passiva*.

Nesses termos,

[...] o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado. Do ponto de vista da reforma anunciada na Constituição de 1988 no Brasil, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito ‘welfareano’ – em especial no capítulo da Ordem Social –, pode-se falar também de uma contrarreforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de uma reforma democrática no país [...] (Behring, 2008, p. 129).

A transição democrática fortemente controlada pelas elites, a manutenção da condição de dependência em relação aos países de capitalismo central e o endividamento externo se anunciaram como condições favoráveis que precederam a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro nos anos 1990, o que contribuiu para o ajuste neoliberal no Brasil, o fracasso dos

planos de estabilização econômica e as dificuldades decorrentes de investimento no setor público (Behring, 2008).

Tem-se no cenário brasileiro, portanto, o desemprego substantivo que emerge a reboque do sucateamento da indústria nacional; a informalidade; dificuldades de investimentos estruturantes; restrição das políticas sociais; privatizações; redução do investimento produtivo; além das expressões mais diretas e imediatas dessas tendências da economia nacional, o agravamento da pobreza, da violência urbana e da precariedade da renda.

Para Druck (2021), esse contexto de transformações operado pelo capitalismo flexível, donde a supervalorização da individualização do trabalhador e da narrativa ideológica (no sentido de falseamento da realidade) da liberdade, autonomia e autogestão do trabalho, fermenta a defesa do *gerencialismo* e empreendedorismo:

Esse movimento de metamorfose da precariedade estrutural do trabalho na sociedade capitalista, para além das condições objetivas, transforma a subjetividade dos trabalhadores, através da busca de legitimidade dessas novas relações de trabalho, justificadas pela construção do 'sujeito empreendedor' (Druck, 2022, p. 826).

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho não se aliena do desenrolar dessas tendências, postos os atravessamentos desse cenário na formação, trabalho profissional e conformação da subjetividade dos assistentes sociais. De acordo com Iamamoto (2009), no cenário contemporâneo, o aumento do contingente profissional, estimulado especialmente pela expansão do ensino à distância, levaria ao crescimento do desemprego no Serviço Social, e ainda à conformação de um *exército assistencial de reserva*, donde a catalisação de ideias voltadas para a qualificação do voluntariado e o chamamento à solidariedade como forma de enfrentamento da *questão social*; além da perda na qualidade da formação e propensão à submissão dos profissionais às requisições do mercado. É o que nos parece que está em curso no âmbito da categoria profissional, principalmente a partir da incorporação do discurso ideológico neoliberal do empreendedorismo.

Empreendedorismo no Serviço Social brasileiro como expressão do neoconservadorismo

A análise empreendida em pequena amostra de perfis públicos nas redes sociais de assistentes sociais brasileiros deu conta de desvelar algumas tendências acerca do fenômeno do empreendedorismo e *ethos coach* no âmbito do Serviço Social. Trabalhamos com a análise de 10 (dez) perfis públicos com quantitativo de seguidores que chega a 140 mil e que funcionam na direção da *mentoria* e orientação profissional de assistentes sociais desde 2013.

Consideramos tendência empreendedora ou expressão do *ethos coach* a incorporação de uma linguagem *gerencialista* do mundo corporativo, bem como a oferta de produtos voltados à qualificação profissional, com promessas de *aceleração da carreira e desenvolvimento profissional, mentoria* para atuação técnica com vistas à *conquista do sucesso e expressividade* na carreira, além da orientação e estímulo ao *empreendedorismo social*.

Lançar mão da categoria geração parece ser inarredável para a compreensão da invasão *empreendedora* no âmbito do Serviço Social pela via do recurso das mídias sociais. O *ethos coach* tem enredado de forma mais prevalente a juventude, notadamente aqueles com pouco tempo de formação e experiência profissional. É através das plataformas digitais das redes sociais que esse segmento tem encontrado formas de comunicar a necessidade e relevância de seu produto, recurso com maior incidência de acesso pela juventude.

Trata-se de segmento que sofre mais frontalmente os impactos do desemprego estrutural na atual conjuntura de crise do capitalismo; uma massa de trabalhadores com formação e qualificação profissional que não foi incorporada ao limitado mercado formal de trabalho, mesmo no cenário pós-reforma trabalhista – medida recentemente defendida pelos setores ultraliberais como uma das soluções centrais no combate ao desemprego (Guilland; Monteiro, 2010).

Uma particularidade a se destacar, contudo, é o fato do fenômeno *empreendedor-coach* envolver muito frequentemente a área de atuação na Política de Assistência Social, o que aponta para outro condicionante dessa tendência no Serviço Social, a hipótese da precarização do trabalho de parte desses jovens inseridos no mercado formal. A literatura das políticas sociais tem sinalizado a desvalorização da política de Assistência Social, desde o financiamento de serviços até os recursos humanos, expostos a vínculos fragilizados e à baixa remuneração (Pereira *et al.*, 2017; Raichelis, 2010).

Ademais, a fragilização e/ou ineficiência de uma política de educação permanente e capacitação no setor (Pereira *et al.*, 2017; Raichelis, 2010) pode justificar a oferta e procura de serviços de qualificação na perspectiva de *mentoria* e orientação profissional. O fato é que esses elementos conformam a dinâmica de um mercado que oferta produtos com preços diversos, valores que certamente contribuem para a complementação de renda de profissionais desvalorizados.

Observa-se ainda ênfase significativa na oferta de produtos voltados para a qualificação da dimensão operativa do exercício profissional. O mercado parece ser bastante receptivo às promessas de *facilitar ou descomplicar a prática*, notadamente através da proposição de

minicursos com foco na produção de documentação técnica e instrumentais no âmbito do Serviço Social.

Vinculado à área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social tem natureza profundamente interventiva, pelo que seus profissionais têm sido demandados a apresentarem soluções objetivas para questões reais e complexas que despontam no cotidiano de trabalho. Por este motivo a questão metodológica e técnico-operativa tem sido importante tema de reflexões no âmbito da categoria, no entanto, preocupa o debate raso e imediato que prescinde das determinações mais essenciais acerca do fazer profissional atualizado, crítico e convergente com o Projeto Ético-político do Serviço Social.

A este respeito, Pontes (2010) sinaliza que embora a questão metodológica tenha sido objeto de produção acadêmica no âmbito do Serviço Social, essa reflexão teórica tem deixado a desejar em termos de profundidade. O autor defende a hipótese, com a qual concordamos, de que essa superficialidade se deve à complexidade do objeto de intervenção profissional, “[...] porque enredado em uma teia de mediações intrínsecas à ordem social burguesa, contém dificuldades que obstaculizam as possibilidades de seu pleno desvendamento” (Pontes, 2010, p. 18).

Ao discutir a importância da *mediação*, tanto no potencial heurístico, quanto como categoria central do método dialético, que o constitui ontologicamente e reflexivamente, Pontes (2010) demonstra o valor da incorporação da *mediação* para a compreensão dos objetos de intervenção do Serviço Social – e do próprio Serviço Social como profissão – ou seja, compreensão da realidade concreta, em sua estrutura e dinâmica, enquanto totalidade complexa, em seu movimento e contradição. Essa apreensão efetiva do método de compreensão da realidade é que conduzirá tanto à abstração e construção do conhecimento, quanto à condução de uma intervenção na perspectiva de transformação social:

Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (Pontes, 2010, p. 81).

A apreensão do método, defendemos junto com o autor, contribui para a superação das “[...] simplificações que tanto prejuízo trazem para o processo de conhecimento e conseqüentemente de intervenção na realidade” (Pontes, 2010, p. 124). A categoria *mediação* também é especialmente importante para a reflexão sobre a invasão do discurso neoliberal do

empreendedorismo no âmbito do Serviço Social, uma vez que contribui para a superação da *imediaticidade* na análise dos fatos cotidianos, os quais enredados por uma teia de complexas relações, donde seu efeito de ocultação da realidade no contexto do exercício profissional.

Ora, é no campo da *imediaticidade* que a ideologia neoliberal alienante se sustenta nos discursos *seja seu próprio patrão*, ou *10 passos para uma carreira de sucesso*, que ocultam a estrutura e dinâmica próprias da sociedade burguesa, cujo cerne é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida a partir da exploração do trabalho pelo capital. Eis o sentido de ideologia para os jovens Marx e Engels de *A ideologia Alemã*, expressão mistificadora que se reproduz em fraseologias esvaziadas e sem legitimação da realidade histórico-concreta (Marx; Engels, 2007), o que, em última instância, desemboca na legitimação e naturalização do atual estado de coisas.

A oferta de guias para atuação profissional em seu aspecto instrumental, em nosso ponto de vista, reduz a dimensão técnico-operativa a simples execução procedimental de passos ou etapas, dissociando-a das dimensões teórico-metodológica e ético-política. Essa tendência sugere possível desvalorização da dimensão teórica no quadro da atuação profissional, ou ainda a ideia de que *na prática a teoria é outra*, como se o método materialista histórico-dialético não instrumentalizasse para a intervenção profissional; trata-se de concepção que considera a prática mais importante do que a teoria (Santos, 2013).

Santos (2013) pondera que a lacuna assinalada no âmbito da profissão no que diz respeito aos instrumentos e técnicas decorre “[...] de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação entre teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético” (Santos, 2013, p. 04), ou ainda, noutra direção, da superficialidade no tratamento dado à reflexão sobre unidade no contexto dessa relação, prescindindo de uma formação que se aproxime da especificidade de cada dimensão constitutiva dessa unidade também diversa.

Concordamos com a autora que a dimensão técnico-operativa, malgrado sua imbricação às outras dimensões constitutivas da profissão, não deve ser subsumida face ao superdimensionamento da especificidade dos elementos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, uma vez que “[...] a teoria não se transmuta de imediato em prática” (Santos, 2013, p. 09), posta, portanto, a necessidade de investimento em reflexão formativa na perspectiva da totalidade, que expressa unidade na diversidade.

De todo modo, o debate em torno da dimensão técnico-operativa envolve fundamentalmente aspectos da formação profissional, que tem tido dificuldades de trabalhar a complexidade do método materialista-histórico dialético, das categorias *mediação*, *unidade*, *diversidade*, *totalidade* e outras. Isso parece contribuir com as explicações de como as lacunas

postas pela complexidade temática abrem as portas para o processo de *mercadorização* da qualificação profissional, a qual dirigidas por profissionais *autorrepresentados* como *professores, mentores e empreendedores* que prometem a segurança técnica, o sucesso e a expressividade profissional.

Do exposto, inferimos que a conjuntura de crise do capital, reestruturação produtiva, desemprego estrutural e precarização do trabalho organiza não só as condições objetivas de ajuste fiscal e retração dos direitos sociais, mais que isso, influi na conformação de subjetividade equivalente a tais condições concretas, que assimila a ideologia neoliberal na radicalidade de sua idolatria à meritocracia, ao individualismo e à liberdade, em seu sentido mistificado, na forma da ideologia da *gestão de si mesmo* e do empreendedorismo, ainda que ao custo da desproteção trabalhista.

Outrossim, na particularidade do Serviço Social, essa dinâmica opera na direção de promover um desserviço na dimensão da qualificação profissional, posta a centralidade na oferta de produtos que não convergem com as expectativas do Projeto Ético-político da profissão, principalmente com o direcionamento ético-político das ações profissionais no sentido da emancipação humana, que devem ser balizadas em acurada análise crítica da realidade social.

Considerações finais

Enquanto profissionalidade fruto da fase madura do capital, além de resultado das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, o Serviço Social emerge como especialização do trabalho coletivo necessário à operacionalização de respostas fragmentadas e focalizadas às expressões da *questão social*.

O Serviço Social, portanto, desde a sua emergência, seu desenvolvimento e transformações, não pode ser compreendido descolado da realidade na qual se inscreve – a sociabilidade burguesa, mediada pelas particularidades histórico-concretas da formação social brasileira. Assim, a profissão na contemporaneidade, tanto na perspectiva da formação quanto do exercício profissional, tem sentido os impactos das recentes transformações da sociedade, especialmente a partir da crise do capital a partir de 1970 e da reação burguesa expressa na mundialização financeira, na reestruturação produtiva e no neoliberalismo.

Na formação social brasileira, tais expressões da reação burguesa se apresentam de maneira mais agudizada em virtude da inserção desigual e dependente face ao mercado capitalista mundial, donde a nossa precarização e flexibilização do trabalho, rotatividade, informalidade e proteção social incipiente.

Nesse sentido, ao analisar a invasão do *ethos coach e empreendedor* no âmbito do Serviço Social brasileiro, buscamos demonstrar que esse fenômeno é expressão do neoconservadorismo na profissão, na medida em que incorpora o discurso neoliberal sobre as possibilidades de autogestão, aceleração da carreira e do sucesso no mundo do trabalho, mediadas pelas ideologias da meritocracia e qualificação profissional, o que termina por contribuir com a conservação da realidade de desemprego estrutural e precarização do trabalho.

O Serviço Social crítico e renovado, orientado pela teoria social crítica, fornece ferramentas para compreender que a profissão, imersa na sociabilidade burguesa, sofre os rebatimentos de suas transformações. Assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, vivenciam as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcado pela flexibilização, precarização e desemprego estrutural, expressões que impactam de forma nefasta suas condições objetivas de vida, além de contribuírem com a conformação de sua subjetividade e organização sócio-política.

Além disso, o fenômeno empreendedor no âmbito da profissão também parece ser subproduto da fragilização e precarização do processo de formação profissional, que negligencia os aportes teórico-metodológicos necessários à compreensão crítica da sociabilidade burguesa e do significado social da profissão, a contrapelo das fecundas influências da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de suas atualizadas diretrizes curriculares.

Longe de esgotar todos os aspectos deste necessário debate, apresentamos, nos limites deste ensaio, algumas pistas iniciais para a compreensão dos fundamentos da incorporação do empreendedorismo no âmbito do Serviço Social brasileiro como expressão do neoconservadorismo, compreensão que, em última instância, pode fornecer ferramentas para o enfrentamento desse estado de coisas, tendo como horizonte os princípios orientadores do nosso Projeto Ético-Político profissional no processo de tensionamento pela construção de outra sociabilidade.

Referências bibliográficas

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Serviço Social e política Social: 80 anos de uma relação visceral. In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. Silva, Maria L. de O (ORG.). São Paulo: Cortez, 2016. p. 119-140.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

- DRUCK, G. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 821-844
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GULLAND, R.; MONTEIRO, J. K. Jovens e desemprego: estado da arte. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2010, p. 145-158.
- IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no capitalismo. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 9-32.
- IAMAMOTO; M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão antes as transformações societárias *In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 2008, p. 83-148.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15-50.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- LIMA, J. C.; OLIVEIRA, R. V. de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PANIAGO, M. C. S. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o serviço social. *In: Anais do El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional*. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre, 2009.
- PEREIRA, M. E. R. et al. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 9, núm. 3, 2017, p. 171-190. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351557760005> Acesso em: 26 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1321>.
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, 2010, p. 750-772. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt> Acesso em: 26 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>.
- SANTOS, C. M dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.
- TOMMASI, L. de; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, 2020, pp. 354-71.